

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Pregão Eletrônico n.º 030/2025 – NLC/PRES

Objeto: Registro de Preços para fornecimento de Ferragens e Materiais de Construção Diversos, que tem como objetivo atender as demandas da Companhia na execução de obras direta nas Regiões Administrativas do Governo do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. O Pregão Eletrônico n.º 030/2025 – NLC/PRES teve seu edital publicado em 27 de maio de 2025, com a abertura do certame prevista para 23 de junho de 2025, às 9 horas.
- 1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº 172629035.

2. DA TEMPESTIVIDADE

- 2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

- 3.1. As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações a seguir, que foram respondidas pela área técnica por meio do Despacho nº 172956326

Questionamento	Resposta
<p>A empresa XXX vem respeitosamente, nos termos do item 4.1 do Edital, apresentar pedido de esclarecimento com fundamentação impugnatória, relativamente aos termos do Pregão Eletrônico nº 030/2025, com base em dúvidas técnico-jurídicas quanto à exequibilidade do prazo de entrega estabelecido e à forma de julgamento por menor preço por lote.</p> <p>1. Sobre o prazo de entrega de 20 (vinte) dias</p>	

corridos. Conforme estabelecido no Termo de Referência e na minuta contratual (Cláusula segunda, item 2.1), o prazo de entrega dos materiais licitados é de 20 (vinte) dias corridos a partir da notificação da Administração.

Todavia, considerando:

- A natureza dos materiais, muitos deles com dimensões específicas e produção sob encomenda;
- A escala de fornecimento, incluindo grandes quantidades de aço, telhas e tubos galvanizados;

• A real disponibilidade no mercado local e nacional; É razoável concluir que tal prazo pode inviabilizar a ampla competitividade do certame, sobretudo para fornecedores que não mantenham grandes estoques prontos. Ademais, o prazo atual pode colocar em risco o cumprimento contratual, especialmente por micro e pequenas empresas — inclusive aquelas que participam da cota reservada. Com base nos princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e isonomia (art. 31 da Lei n.º 13.303/2016 e art. 37, caput, da Constituição Federal), solicitamos esclarecimento quanto à viabilidade de ampliação do prazo de entrega para 40 (quarenta) dias corridos. 2. Sobre o critério de julgamento “menor preço por lote” O edital adota como critério de julgamento o menor preço por lote, englobando diversos itens de natureza distinta — o que pode:

- Restringir a participação de empresas com especialidade segmentada (apenas aço, apenas telhas, etc.);
- Comprometer a economicidade, ao forçar licitantes a precificarem itens fora de sua competitividade natural;
- Reduzir a concorrência e dificultar o acesso de empresas de menor porte ao certame.

A Lei n.º 13.303/2016, em seu art. 30, §1º, exige que o critério de julgamento esteja alinhado à natureza do objeto, o que, no caso, seria mais bem atendido por julgamento por item, ou por subgrupos de itens com características técnicas similares.

Assim, requer-se esclarecimento quanto à justificativa técnica e jurídica para a manutenção do critério por lote, sugerindo-se o desmembramento dos lotes em grupos mais homogêneos ou adoção de julgamento por item, promovendo maior aderência ao princípio da competitividade e proporcionalidade, previstos no art. 31 da Lei nº 13.303/2016.

Conclusão Requer-se, portanto:

1. Esclarecimento quanto à viabilidade da ampliação do prazo de entrega para 40 dias corridos;
2. Revisão da estrutura dos lotes e do critério de

Quando ao pleito de ampliação do prazo de entrega para 40 (quarenta) dias corridos, informa-se que o prazo estabelecido no instrumento convocatório é considerado suficiente para o atendimento da demanda, especialmente considerando que a contratação será realizada por meio do sistema de registro de preços, o que pressupõe aquisições futuras e conforme necessidade da Administração.

No que tange ao pedido de revisão da estrutura dos lotes e do critério de julgamento, cumpre esclarecer que foi realizada prévia pesquisa de mercado junto a fornecedores especializados, sendo apurado que todos os participantes consultados apresentaram propostas para a totalidade dos itens constantes do edital. Tal fato demonstra que os itens licitados são compatíveis entre si e que há viabilidade técnica e comercial para o fornecimento em conjunto, não se evidenciando qualquer irregularidade na forma de agrupamento adotada. Ademais, não se verifica afronta aos princípios que regem as licitações, em especial a competitividade e a isonomia, razão pela qual não se vislumbra motivo para retificação do edital nesse aspecto.

Diante do exposto, concluímos que não há razões técnicas que justifiquem a alteração do Edital, o qual permanece válido em seus atuais termos.

julgamento, em face da diversidade técnica dos itens, com possibilidade de adoção do critério por item ou subgrupos. Caso se reconheça a impropriedade das cláusulas mencionadas, requer-se a retificação do edital, com nova publicação, nos termos da legislação aplicável.

3.3. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações técnicas da área demandante, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 06/06/2025, às 15:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **172974409** código CRC= **5513F9E7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br